

# DIOCORUMBÁ



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, MATO GROSSO DO SUL

Ano III • Edição Nº 637 • Terça-feira, 10 de Fevereiro de 2015

## PARTE I • PODER EXECUTIVO

### GOVERNADORIA MUNICIPAL

### GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 1/2015

Corumbá, 3 de fevereiro de 2015.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, comunico a essa augusta Câmara Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, que, autorizado pelo § 1º do art. 65 da Lei Orgânica do Município de Corumbá, decidi impor **VETO TOTAL** ao projeto de lei nº 120/2014, que "Cria no âmbito da Fundação de Esporte – FUNEC convênio com a Secretaria Municipal de Saúde, o Programa Saúde no Esporte, destinando equipe de saúde para prestar atendimento aos atletas devidamente cadastrados", pelas razões que, respeitosamente, passo a expor:

#### RAZÕES DO VETO:

Primeiramente, a proposição padece de vício de iniciativa, uma vez que trata da implantação de um programa a ser executado pelo Poder Executivo, com a criação de atribuição na estrutura da Administração Municipal, infringindo assim, o inciso III do art. 62 da Lei Orgânica do Município - LOM, que prescreve que são de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos de Administração Pública.

Com efeito, o projeto de lei atribui ao Município um programa, com o objetivo de atender concretamente as necessidades de determinado grupo de pessoas, restando caracterizada a criação de nova modalidade de atribuição, incumbência essa privativa do Prefeito Municipal.

A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ TADEU VIEIRA PEREIRA**  
Presidente da Câmara Municipal  
CORUMBÁ - MS

#### ATENÇÃO!

Disponível suplemento da Edição Nº 636 de 9 de fevereiro de 2015.

É pacífico na jurisprudência o entendimento sobre a inconstitucionalidade formal na criação da lei, conforme demonstra o seguinte julgado:

*"O desrespeito à prerrogativa de iniciar o processo de positivação do Direito, gerado pela usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz vício jurídico de gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a infirmar, de modo irremissível, a própria integridade do ato legislativo eventualmente editado." (STF-Pleno- Adin Pnº 1.391-2/SP-Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 28.11.1997, p. 62.216.)*

Destarte, a eventual ofensa a este princípio pelo Poder Legislativo inquina o ato normativo de nulidade, por vício de inconstitucionalidade formal, em razão da indevida ingerência na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo.

Com efeito, imiscuiu-se o Poder Legislativo em matéria tipicamente administrativa, da competência exclusiva do Poder Executivo. A interferência de um Poder no outro é ilegítima, por atentatória da separação institucional de suas funções instituídas pelo art. 2º da Constituição Federal.

Eis o escólio de Hely Lopes Meirelles:

*".....Por idêntica razão constitucional, a Câmara não pode delegar funções ao prefeito.....Suas atribuições são incommunicáveis, estanques, intransferíveis (CF, art. 2º). Não cabe à Edilidade praticar atos do Executivo nas atividades que lhe são próprias.*

*(...) Dai não ser permitido à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem providões administrativas especiais manifestadas em 'ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações materiais da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental" (em "Direito Municipal Brasileiro", Malheiros, 1993, págs. 438/439).*



Município de Corumbá

Rua Gabriel Vandoni de  
Barros, 01  
CEP 79333-141

Corumbá - Mato Grosso  
do Sul

CNPJ(MF) 03.330.461/0001-10

FONE: (67) 3234-3493

E-mail :  
diariooficial@corumba.ms.gov.br

DIOCORUMBÁ,  
instituído por meio do  
decreto Nº1.061, de  
25/06/2012

**Paulo Roberto Duarte**

Prefeito

**Márcia Raquel Rolon**

Vice-Prefeita

#### Secretarias

Procurador-Geral do Município.....	Júlio César Pereira da Silva
Chefe da Controladoria-Geral do Município.....	Sérgio Rodrigues
Secretário Mun. de Governo.....	Marcio Aparecido Cavasana da Silva
Secretária Mun. de Fazenda e Planejamento.....	Emilene Pereira Garcia
Secretário Mun. de Gestão Pública.....	Luiz Henrique Maia de Paula
Secretário Mun. da Produção Rural.....	Pedro Lacerda
Secretário Mun. de Indústria e Comércio.....	Pedro Paulo Marinho de Barros
Secretário Mun. de Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos.....	Gerson da Costa Melo
Secretária Mun. de Educação.....	Roseane Limoeiro da Silva Pires
Secretária Mun. de Saúde.....	Dinaci Vieira Marques Ranzi
Secretária Mun. de Assistência Social e Cidadania.....	Mabel Marinho Sahib Aguilar

#### Fundações

Diretora-Presidente da Fundação de Cultura de Corumbá.....	Márcia Raquel Rolon
Diretora-Presidente da Fundação de Desenvolvimento Urbano e Patrimônio Histórico.....	Maria Clara Mascarenhas Scardini
Diretora-Presidente da Fundação do Meio Ambiente do Pantanal.....	Luciene Deová de Souza
Diretor-Presidente da Fundação de Esportes de Corumbá.....	Elvécio Zequetto
Diretora-Presidente da Fundação de Turismo do Pantanal.....	Hélênenmarie Dias Fernandes
Diretor-Presidente da Agência Municipal de Trânsito.....	Alexandre do Carmo Taques Vasconcellos
Diretora-Presidente da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá.....	Andrea Cabral Ulle

Edição Nº 637 • Terça-feira, 10 de Fevereiro de 2015

Medidas administrativas apenas podem ser indicadas pelo Legislativo ao Executivo *adjuvandi causa*, ou seja, tão-somente a título de colaboração.

Dessa forma, ressalta-se a flagrante inconstitucionalidade formal do projeto de lei nº 120/2014 sob exame, pois sendo da exclusiva competência do Poder Executivo do Município, a iniciativa do projeto de lei referente, deu-se a inversão da norma constitucional que impede a delegação dessa competência ao Poder Legislativo, que, na espécie, como verificado, usurpou de suas atribuições, afrontando o princípio da separação e independência dos poderes.

O art. 2º da Carta Magna taxativamente dispõe que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, do que se abstrai, que não pode o Poder Legislativo interferir na competência privativa do Chefe do Poder Executivo, em razão da independência.

O exercício do poder regulamentar do chefe do Poder Executivo situa-se dentro da principiologia constitucional da separação dos Poderes, na forma elencada pelo inciso III do § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

Esse *munus* do Prefeito Municipal será exercido de acordo com a necessidade, oportunidade e a conveniência de regulamentação da lei, sem prazo preestabelecido, no exercício constitucional de sua função, não podendo ser forçado pelo Legislativo, sob pena de afronta à separação dos poderes, que é uma “*cláusula pétrea*”, insuscetível de emenda tendente a aboli-la.

Portanto, considerando que o projeto sob análise conflita com o ordenamento jurídico-constitucional, alternativa não me resta a não ser impor o presente veto parcial, contando com a compreensão e aquiescência dos nobres senhores Vereadores, para que o mesmo seja mantido.

Atenciosamente,

PAULO DUARTE  
Prefeito Municipal

MENSAGEM Nº 2/2015

Corumbá, 3 de fevereiro de 2015.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, comunico a essa augusta Câmara Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, que, autorizado pelo § 1º do art. 65 da Lei Orgânica do Município de Corumbá, decidi impor **VETO TOTAL** ao projeto de lei nº 121/2014, que “*Dispõe sobre a criação, banco de cadeiras de rodas e dá outras providências*”, pelas razões que, respeitosamente, passo a expor:

#### **RAZÕES DO VETO:**

A edição de lei municipal para criar, no Município de Corumbá, o Banco de Cadeiras de Rodas é medida normativa que se mostra meritória, tendo em vista o atendimento as necessidades dos idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais. Nesse sentido, não há que se negar a excelência da proposição emanada dessa Câmara Municipal.

Entretanto, a proposição não pode ser convertida em lei, por meio da sanção do chefe do Poder Executivo municipal, pois suas disposições não se encontram em consonância com o ordenamento jurídico pátrio e alguns de seus comandos normativos revelam-se contrários ao interesse público.

A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ TADEU VIEIRA PEREIRA**  
Presidente da Câmara Municipal  
**CORUMBÁ - MS**

Primeiramente, a proposição padece de vício de iniciativa, uma vez que trata da implantação de um programa a ser executado pelo Poder Executivo, com a criação de atribuição na estrutura da Administração Municipal, infringindo assim, o inciso III do art. 62 da Lei Orgânica do Município - LOM, que prescreve que são de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos de Administração Pública.

## **SUMÁRIO**

GABINETE DO PREFEITO.....	01
BOLETIM DE PESSOAL .....	09
BOLETIM DE LICITAÇÃO.....	10
SECRETARIAS.....	10
PODER LEGISLATIVO.....	12

Com efeito, o projeto de lei atribui ao Município uma atribuição, com o objetivo de atender concretamente as necessidades de determinado grupo de pessoas, restando caracterizada a criação de nova modalidade de serviço a ser executado pelo Poder Executivo, incumbência essa privativa do Prefeito Municipal.

É pacífico na jurisprudência o entendimento sobre a inconstitucionalidade formal na criação da lei, conforme demonstra o seguinte julgado:

“O desrespeito à prerrogativa de iniciar o processo de positivação do Direito, gerado pela usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz vício jurídico de gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a infirmar, de modo irremissível, a própria integridade do ato legislativo eventualmente editado.” (STF-Pleno- Adin Pnº 1.391-2/SP-Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 28.11.1997, p. 62.216.)

Destarte, a eventual ofensa a este princípio pelo Poder Legislativo inquina o ato normativo de nulidade, por vício de inconstitucionalidade formal, em razão da indevida ingerência na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo.

Com efeito, imiscuiu-se o Poder Legislativo em matéria tipicamente administrativa, da competência exclusiva do Poder Executivo. A interferência de um Poder no outro é ilegítima, por atentatória da separação institucional de suas funções instituídas pelo art. 2º da Constituição Federal.

Eis o escólio de Hely Lopes Meirelles:

“.....Por idêntica razão constitucional, a Câmara não pode delegar funções ao prefeito.....Suas atribuições são incomunicáveis, estanques, intransferíveis (CF, art. 2º). Não cabe à Edilidade praticar atos do Executivo nas atividades que lhe são próprias.

(...) Daí não ser permitido à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem providões administrativas especiais manifestadas em ‘ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações materiais da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental” (em “Direito Municipal Brasileiro”, Malheiros, 1993, págs. 438/439).

Medidas administrativas apenas podem ser indicadas pelo Legislativo ao Executivo *adjuvandi causa*, ou seja, tão-somente a título de colaboração.

Dessa forma, ressalta-se a flagrante inconstitucionalidade formal do projeto de lei nº 121/2014 sob exame, pois sendo da exclusiva competência do Poder Executivo do Município, a iniciativa do projeto de lei referente, deu-se a inversão da norma constitucional que impede a delegação dessa competência ao Poder Legislativo, que, na espécie, como verificado, usurpou de suas atribuições, afrontando o princípio da separação e independência dos poderes.

O art. 2º da Carta Magna taxativamente dispõe que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, do que se abstrai, que não pode o Poder Legislativo interferir na competência privativa do Chefe do Poder Executivo, em razão da independência.

Esse *munus* do Prefeito Municipal será exercido de acordo com a necessidade, oportunidade e a conveniência de regulamentação da lei, sem prazo preestabelecido, no exercício constitucional de sua função, não podendo ser forçado pelo Legislativo, sob pena de afronta à separação dos poderes, que é uma “*cláusula pétrea*”, insuscetível de emenda tendente a aboli-la.

De outro norte, a Secretaria Municipal de Assistência Social se manifestou no sentido de que a matéria tratada no Projeto de Lei n. 121/2014, já é matéria regulamentada na Lei n. 2.392/2014, promulgada pela Câmara Municipal de Corumbá, publicada na data de 21 de maio de 2014, no Diário Oficial do Município n. 460.

A Lei Municipal nº 2.392/2014 instituiu no Município de Corumbá o Programa de Apoio ao Portador de Deficiência Física e de Mobilidade Reduzida, se não vejamos:

“Art. 1º Fica instituído no Município o “PROGRAMA DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E DE MOBILIDADE REDUZIDA”, que tem por objetivo promover o fornecimento, através de empréstimo ou doação, de equipamentos para aqueles que não possuem condições financeiras para adquiri-los.

*Art. 2º Os equipamentos a que se refere esta Lei compreendem cadeiras de roda, cadeiras de banho, muletas, andadores, colchões d'água, colchões casca de ovo e aparelhos de aerossol.”*  
Grifo nosso

Ressalta-se que o serviço prestado não está incluso nas atribuições da Secretaria Municipal de Assistência Social, por se tratar de área de saúde. E mais, não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda.

Portanto, considerando que o projeto sob análise conflita com o ordenamento jurídico-constitucional, e com o interesse público, alternativa não me resta a não ser impor o presente veto total, contando com a compreensão e aquiescência dos nobres senhores Vereadores, para que o mesmo seja mantido.

Atenciosamente,

PAULO DUARTE  
Prefeito Municipal

MENSAGEM Nº 3/2015

Corumbá, 3 de fevereiro de 2015.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, comunico a essa augusta Câmara Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, que, autorizado pelo § 1º do art. 65 da Lei Orgânica do Município de Corumbá, decidi impor **VETO TOTAL** ao projeto de lei nº 125/2014, que “*Dispõe sobre a utilização de papel não-clorado ou reciclado no Serviço Público Municipal*”, pelas razões que, respeitosamente, passo a expor:

#### **RAZÕES DO VETO:**

Não há que se negar que a edição de lei municipal para dispor, no Município de Corumbá, sobre utilização de papel não-clorado ou reciclado no Serviço Público Municipal, tendo em vista o atendimento as necessidades dos idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, é tido como excelência.

Entretanto, a proposição não pode ser convertida em lei, por meio da sanção do chefe do Poder Executivo municipal, pois suas disposições não se encontram em consonância com o ordenamento jurídico pátrio e alguns de seus comandos normativos revelam-se contrários ao interesse público.

A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ TADEU VIEIRA PEREIRA**  
Presidente da Câmara Municipal  
**CORUMBÁ - MS**

Com efeito, o projeto de lei atribui ao Município um programa, com o objetivo de atender concretamente as necessidades de determinado grupo de pessoas, restando caracterizada a criação de nova modalidade de atribuição, incumbência essa privativa do Prefeito Municipal.

Pelo princípio da simetria, os entes federados seguem a mesma tripartição de poderes adotada pela Constituição Federal, composta pelo Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si. Estabelece a Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul:

*Art. 2º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

*§ 1º - É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições.*

*§ 2º - O cidadão investido na função de um dos Poderes não poderá exercer a de outro, salvo nas exceções previstas nesta Constituição.*

Logo, os poderes públicos municipais também estão vinculados ao respeito à independência e harmonia entre si, o que se materializa no resguardo às competências e prerrogativas recíprocas, vejamos:

**Artigo 3º.** – O Município de Corumbá reger-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição Estadual. (NR).

**Artigo 5º.** – São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Assim, há que se bem entender as atribuições normativas conferidas a cada poder municipal, mostrando-se adequada a distinção traçada por Hely Lopes Meirelles, que ora reproduzo:

A atribuição típica e predominante da Câmara é a 'normativa', isto é, a de regular a administração do Município e a conduta dos munícipes, no que afeta aos interesses locais. A Câmara não administra o Município; estabelece, apenas, normas de administração. Não executa obras e serviços públicos, dispõe, unicamente, sobre a sua execução. Não compõe nem dirige o funcionalismo da Prefeitura; edita, tão-somente, preceitos para sua organização e direção. Não arrecada e nem aplica as rendas locais; apenas institui ou altera tributos e autoriza sua arrecadação e aplicação. Não governa o Município; mas regula e controla a atuação governamental do Executivo, personalizado no Prefeito.

*Eis aí a distinção marcante entre a missão 'normativa' da Câmara e a função 'executiva' do Prefeito; o Legislativo delibera e atua com caráter regulatório, genérico e abstrato; o Executivo consubstancia os mandamentos da norma legislativa em atos específicos e concretos da administração.*

(...) A interferência de um Poder no outro é ilegítima, por atentatória da separação institucional de suas funções (CF, art. 2º)

Por idêntica razão constitucional, a Câmara não pode delegar funções ao prefeito, nem receber delegações do Executivo. Suas atribuições são incomunicáveis, estanques, intransferíveis (CF, art. 2º). Assim como não cabe à Edilidade praticar atos do Executivo, não cabe a este substituí-la nas atividades que lhe são próprias.

(...) Daí não ser permitido à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem provisões administrativas especiais manifestadas em 'ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações materiais da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental. (em “Direito Municipal Brasileiro”, Malheiros, 1993, págs. 438/439).

No caso, o projeto de lei versa acerca de matéria de natureza essencialmente administrativa – dispondo sobre a utilização de papel não-clorado ou reciclado nos materiais de expediente da Administração Municipal.

A proposição padece de vício de iniciativa, uma vez que trata da implantação de um programa a ser executado pelo Poder Executivo, com a criação de atribuição na estrutura da Administração Municipal, infringindo assim, o inciso III do art. 62 da Lei Orgânica do Município (LOM), que prescreve que são de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos de Administração Pública.

Quanto ao vício formal por violação ao princípio da iniciativa, colaciono jurisprudência deste Tribunal Pleno:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE ÁRVORES NATIVAS DO MUNICÍPIO. INICIATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. CRIAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES A SECRETARIA MUNICIPAL. MATÉRIA TIPICAMENTE ADMINISTRATIVA. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. VOTOS VENCIDOS.** (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70007359698, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alfredo Guilherme Englert, Julgado em 15/03/2004.)

**ADIN. TRANSPORTE PÚBLICO E CIRCULAÇÃO DE ÔNIBUS. PELOTAS. LEGITIMIDADE ATIVA DO PROPONENTE. COMPETÊNCIA DO EXECUTIVO PARA PROPOR A INICIATIVA DE LEIS A RESPEITO DO TRANSPORTE PÚBLICO. VÍCIO FORMAL. OS DEFEITOS FORMAIS LEVAM À DECLARAÇÃO DE NULIDADE. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 4201/97 E DA LEI Nº 34066/91, AMBAS DO MUNICÍPIO DE PELOTAS, POR CONTRAVIREM OS ARTS. 8º, 10, E 82, VII DA CARTA ESTADUAL, E ART. 61 § 1º, II “A” DA CARTA FEDERAL, APLICADOS SIMETRICAMENTE AOS MUNICÍPIOS. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.** (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70010566057, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vasco Della Giustina, Julgado em 09/05/2005)

Merece especial atenção o julgado a seguir, que declarou a inconstitucionalidade de lei municipal de objeto idêntico ao da presente:

*ADIn. LEI MUNICIPAL DE INICIATIVA LEGISLATIVA DETERMINANDO O USO DE PAPEL NÃO CLAREADO COM CLORO PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. Matéria de iniciativa privativa do Prefeito Municipal por versar sobre a estruturação e atribuições dos órgãos da administração municipal. Vício de origem. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70010745016, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Augusto Monte Lopes, Julgado em 25/07/2005)*

Desta feita, a iniciativa para apresentar Projeto de Lei que acarrete cria atribuições à órgãos do Poder Executivo é privativa do Prefeito Municipal, razão pela qual, não me resta outra alternativa a não ser impor o voto total ao Projeto de Lei.

Portanto, considerando que o projeto sob análise conflita com o ordenamento jurídico-constitucional e com a Lei Orgânica, alternativa não me resta a não ser impor o presente veto total, contando com a compreensão e aquiescência dos nobres senhores Vereadores, para que o mesmo seja mantido.

Atenciosamente,

PAULO DUARTE  
Prefeito Municipal

MENSAGEM Nº 4/2015

Corumbá, 3 de fevereiro de 2015.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, comunico a essa augusta Câmara Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, que, autorizado pelo § 1º do art. 65 da Lei Orgânica do Município de Corumbá, decidi impor **VETO PARCIAL** ao projeto de lei nº 123/2014, que “*Disciplina a ação de motocicletas e motociclistas para serviço das empresas de entrega rápida no Município*”, pelas razões que, respeitosamente, passo a expor:

#### **DISPOSITIVO VETADO: ART. 5º**

“Art. 5º O Chefe do executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 dias, contados da data de sua publicação.

#### **RAZÕES DO VETO:**

Por meio do dispositivo acima transcrito, o legislador municipal impõe ao Poder Executivo a obrigação de regulamentar a lei.

Essa regra é manifestamente inconstitucional, por agredir a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município - LOM, uma vez que não cabe ao Poder Legislativo impor regulamentação de lei ao Poder Executivo.

O inciso III do art. 82 da LOM prescreve que compete privativamente ao Prefeito Municipal expedir decretos para fiel execução da lei. Diante disso, observa-se que o presente dispositivo é totalmente impróprio, inadequado e inconstitucional.

A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ TADEU VIEIRA PEREIRA**  
Presidente da Câmara Municipal  
**CORUMBÁ – MS**

O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou nesse sentido, posto que é prerrogativa exclusiva do Poder Executivo a regulamentação da lei, veja-se:

“É inconstitucional qualquer tentativa do Poder Legislativo de definir previamente conteúdos ou estabelecer prazos para que o Poder Executivo, em relação às matérias afetas a sua iniciativa, apresente proposições legislativas, mesmo em sede da Constituição estadual, porquanto ofende, na seara administrativa, a garantia de gestão superior dada ao chefe daquele Poder. Os dispositivos do ADCT da Constituição gaúcha, ora questionados, exorbitam da autorização constitucional de auto-organização, interferindo indevidamente na necessária independência e na harmonia entre os Poderes, criando, globalmente, na forma nominada pelo autor, verdadeiro plano de governo, tolhendo o campo de discricionariedade e as prerrogativas próprias do chefe do Poder Executivo, em ofensa aos arts. 2º e 84, II, da Carta Magna.” (ADI 179, rel. min. Dias Toffoli, julgamento em 19-2-2014, Plenário, DJE de 28-3-2014.)

Ademais, o art. 2º da Carta Magna taxativamente dispõe que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, do que se abstrai, que não pode o Poder Legislativo interferir na competência privativa do Chefe do Poder Executivo, em razão da independência.

O exercício do poder regulamentar do chefe do Poder Executivo situa-se dentro da principiologia constitucional da separação dos Poderes, na forma elencada pelo inciso III do § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

Esse *munus* do Prefeito Municipal será exercido de acordo com a necessidade, oportunidade e a conveniência de regulamentação da lei no exercício constitucional de sua função, não podendo ser forçado pelo Legislativo, sob pena de afronta à separação dos poderes, que é uma “*cláusula pétrea*”, insuscetível de emenda tendente a aboli-la. Por essa razão o dispositivo deve ser vetado pelo Chefe do Poder Executivo.

Portanto, considerando que art. 5º do projeto sob análise conflita com o ordenamento jurídico-constitucional e a Lei Orgânica do Município alternativa não me resta a não ser impor o presente veto parcial, contando com a compreensão e aquiescência dos nobres senhores Vereadores, para que o mesmo seja mantido.

Atenciosamente,

PAULO DUARTE  
Prefeito Municipal

MENSAGEM Nº 5/2015

Corumbá, 3 de fevereiro de 2015.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, comunico a essa augusta Câmara Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, que, autorizado pelo § 1º do art. 65 da Lei Orgânica do Município de Corumbá, decidi impor **VETO TOTAL** ao projeto de lei nº 127/2014, que “*Dispõe sobre a instalação de ‘Aparelhos de Ginásticas e condicionamento físicos adaptado às pessoas com deficiência física nos parques e centros esportivos’ de Corumbá e dá outras providências*”, pelas razões que, respeitosamente, passo a expor:

#### **RAZÕES DO VETO:**

A edição de lei municipal para instalação de aparelhos de ginástica especiais nos parques e centros esportivos é medida normativa que se mostra meritória, tendo em vista o atendimento às necessidades das pessoas com deficiência. Nesse sentido, não há que se negar a excelência da proposição emanada dessa Câmara Municipal.

Entretanto, o projeto de lei não pode ser convertido em lei, por meio da sanção do chefe do Poder Executivo municipal, pois suas disposições não se encontram em consonância com o ordenamento jurídico pátrio.

Primeiramente, a proposição padece de vício de iniciativa, uma vez que trata da implantação de um programa a ser executado pelo Poder Executivo, com a criação de atribuição na estrutura da Administração Municipal, infringindo assim, o inciso III do art. 62 da Lei Orgânica do Município (LOM), que prescreve que são de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos de Administração Pública.

A Sua Excelência o Senhor  
**JOSÉ TADEU VIEIRA PEREIRA**  
Presidente da Câmara Municipal  
**CORUMBÁ - MS**

Com efeito, o projeto de lei atribui ao Município uma obrigação, com o objetivo de atender concretamente as necessidades de determinado grupo de pessoas, restando caracterizada a criação de nova modalidade de serviço a ser executado pelo Poder Executivo, incumbência essa privativa do Prefeito Municipal.

É pacífico na jurisprudência o entendimento sobre a inconstitucionalidade formal na criação da lei, conforme demonstra o seguinte julgado:

“O desrespeito à prerrogativa de iniciar o processo de positivação do Direito, gerado pela usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz vício jurídico de gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a infirmar, de modo irremissível, a própria integridade do ato legislativo eventualmente editado.” (STF-Pleno- Adin Pnº 1.391-2/SP-Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 28.11.1997, p. 62.216.)

Destarte, a eventual ofensa a este princípio pelo Poder Legislativo inquina o ato normativo de nulidade, por vício de inconstitucionalidade formal, em razão da indevida ingerência na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo.

Com efeito, imiscuiu-se o Poder Legislativo em matéria tipicamente administrativa, da competência exclusiva do Poder Executivo. A interferência de um Poder no outro é ilegítima, por atentatória da separação institucional de suas funções instituídas pelo art. 2º da Constituição Federal.

Eis o escólio de Hely Lopes Meirelles:

*“.....Por idêntica razão constitucional, a Câmara não pode delegar funções ao prefeito.....Suas atribuições são comunicáveis, estanques, intransferíveis (CF, art. 2º). Não cabe à Edilidade praticar atos do Executivo nas atividades que lhe são próprias.*

*(...) Daí não ser permitido à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem providões administrativas especiais manifestadas em 'ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações materiais da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental' (em "Direito Municipal Brasileiro", Malheiros, 1993, págs. 438/439).*

Medidas administrativas apenas podem ser indicadas pelo Legislativo ao Executivo *adjuvandi causa*, ou seja, tão-somente a título de colaboração.

Dessa forma, ressalta-se a flagrante inconstitucionalidade formal do projeto de lei nº 127/2014, sob exame, pois sendo da exclusiva competência do Poder Executivo do Município, a iniciativa do projeto de lei referente, deu-se a inversão da norma constitucional que impede a delegação dessa competência ao Poder Legislativo, que, na espécie, como verificado, usurpou de suas atribuições, afrontando o princípio da separação e independência dos poderes.

O art. 2º da Carta Magna taxativamente dispõe que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, do que se abstrai, que não pode o Poder Legislativo interferir na competência privativa do Chefe do Poder Executivo, em razão da independência.

Portanto, considerando que o projeto sob análise conflita com o ordenamento jurídico-constitucional, alternativa não me resta a não ser impor o presente veto total, contando com a compreensão e aquiescência dos nobres senhores Vereadores, para que o mesmo seja mantido.

Atenciosamente,

PAULO DUARTE  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 1.489, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2015

*Inclui no orçamento municipal do ano 2016 o precatório que menciona, a favor do Poder Judiciário, para liquidar os débitos judiciais que especifica.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBÁ**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica incluído no orçamento do Município de Corumbá para exercício financeiro do ano 2016, a favor do Poder Judiciário, o seguinte Precatório de Requisição de Pagamento:

nº 1602325-81.2014.8.12.0000, extraído dos Autos de Execução nº 0801294-35.2014.8.12.008, no valor de R\$ 31.528,22 (trinta e um mil e quinhentos e vinte oito reais e vinte dois centavos), atualizado até o dia 07 de janeiro de 2015, para liquidar débito judicial do credor Genesio Ribeiro da Silva.

Art. 2º Os valores incluídos no orçamento para o exercício financeiro de 2016 na forma deste Decreto, quando da liquidação deverão ser consignados ao Poder Judiciário na Subconta nº 366543.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Corumbá, 9 de fevereiro de 2015.

PAULO DUARTE  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 1.490, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2015.

*Cria a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá, integrante da administração indireta do Poder Executivo de Corumbá, e aprova seu estatuto.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBÁ**, Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 5º da Lei Complementar nº 185, de 14 de novembro de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica criada, com fundamento na autorização constante da Lei Complementar nº 185, de 14 de novembro de 2014, na estrutura do Poder Executivo, a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá, integrando a administração indireta, dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, sede e foro na Comarca de Corumbá, com prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único. A fundação tem por finalidade planejar, coordenar e executar a política municipal de proteção e defesa do consumidor, assentada nas diretrizes da Política Nacional das Relações de Consumidor, de que trata a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 2º A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá, vinculada ao Prefeito Municipal, reger-se-á pelo seu estatuto, aprovado na forma do Anexo, e pela legislação aplicável às fundações públicas.

Art. 3º O Regimento Interno da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá será proposto pelo seu Diretor-Presidente, para aprovação pelo Prefeito Municipal, no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação do seu estatuto.

Art. 4º Fica extinta a Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, organizada pelo Decreto nº 1.149, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Corumbá, 9 de fevereiro de 2014

PAULO DUARTE  
Prefeito Municipal

#### ANEXO AO DECRETO Nº 1.490, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2015

#### FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE CORUMBÁ

##### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### Seção Única Da Denominação, da Natureza Jurídica e da Duração

Art.1º A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá, criada pelo Decreto nº 1.489, de 6 de fevereiro de 2015, com fundamento na Lei Complementar nº 185, de 14 de novembro de 2014, constitui-se de pessoa jurídica de direito público interno, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, na forma da legislação municipal, prazo de duração indeterminado e patrimônio próprio, com sede e foro no Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 1º A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá integra o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, conforme Lei nº 2.026, de 19 de fevereiro de 2009.

§ 2º A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá vincula-se ao Prefeito Municipal e será identificada, também, pela sigla PROCON.

##### CAPÍTULO II DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

##### Seção I Da Finalidade

Art. 2º A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá tem por finalidade planejar, coordenar e executar a política municipal de proteção e defesa do consumidor, assentada nas diretrizes da Política Nacional das Relações de Consumidor, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXIII, e 170, inciso V, da Constituição Federal e a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

##### Seção II Da competência

Art. 3º À Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor compete:

I – a proposição da política e diretrizes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, em articulação e com auxílio de órgãos da União, do Estado e de outros Municípios e entidades públicas e privadas que atuam na defesa e proteção do consumidor;

II – a recepção, a análise, o encaminhamento, o acompanhamento do andamento e a decisão sobre as reclamações, consultas, denúncias e sugestões de consumidores ou de entidades que os representem;

III – a organização e a manutenção do cadastro municipal de reclamações fundamentadas e a promoção do atendimento aos consumidores para orientação e apoio na obtenção e reconhecimento dos seus direitos;

IV – a divulgação dos direitos do consumidor pelos diferentes meios de comunicação e por publicações próprias e a solicitação, quando necessário, do concurso de órgãos ou entidades da administração pública;

V - a promoção de medidas judiciais cabíveis na proteção e defesa dos interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos dos consumidores, mediante a representação aos órgãos competentes, em especial, ao Ministério Público;

VI – o desenvolvimento de programas educativos, projetos e pesquisas na área de proteção e defesa do consumidor e o incentivo à criação e implantação de entidades civis de defesa do consumidor;

VII – a fiscalização de preços, abastecimento, qualidade, quantidade, origem, características, composição, garantia, prazos de validade e segurança dos produtos e serviços, sem prejuízo das prerrogativas de outros órgãos de fiscalização, inspeção e auditoria;

VIII – a autuação, a instauração, a apuração, a instrução e o julgamento, em processo administrativo, das práticas violadoras das normas de proteção e defesa dos direitos do consumidor e oriundos de lesão ou ameaça de lesão a esses direitos;

IX – a inspeção da execução de serviços, diretamente ou por meio de terceiros contratados, e a análise de produtos e divulgação dos resultados;

X – a elaboração e a divulgação do Cadastro Municipal de Reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, na forma do art. 44 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

XI – o estabelecimento de parceria com instituições de ensino e de pesquisa para mútua colaboração na averiguação da qualidade de produtos comercializados;

XII – o atendimento ao público, de forma presencial, eletrônica ou por via telefônica, com presteza e urbanidade, assegurando a todos igualdade de tratamento, velando pela rápida solução dos litígios e tentando, a qualquer tempo, conciliar as partes;

XIII – o apoio administrativo e financeiro para o desenvolvimento das atividades do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor atuará como gestora do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, instituído no art. 5º da Lei nº 2.026/2008.

### **CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

#### **Seção I Da Estrutura Básica**

Art. 4º A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá, para cumprimento de sua finalidade e execução das atividades de sua competência, tem a seguinte estrutura básica:

I – Conselho Consultivo, como órgão colegiado de direção superior;

II – Diretoria-Executiva, como órgão colegiado de gestão;

III – Presidência, como órgão de direção superior;

IV – Unidade de Apoio à Presidência:

a) Assessoria Executiva e Jurídica;

V – unidades de execução operacional:

a) Gerência de Gestão Institucional:

1 - Serviço de Atendimento ao Consumidor;

2 - Serviço de Fiscalização;

3 – Serviço de Conciliação;

VI - unidades de apoio operacional:

a)– Gerência Administrativa e Financeira:

1 - Núcleo de Orçamento e Finanças;

2 - Núcleo de Recursos Humanos;

3 - Núcleo de Suporte Administrativo.

#### **Seção II Do Conselho Consultivo**

Art. 5º O Conselho Consultivo da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor será integrado por cinco membros, sendo:

I – o Diretor-Presidente da Fundação;

II – o Gerente de Gestão Institucional da Fundação;

III – o Gerente Administrativo e Financeiro da Fundação;

IV - um representante da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;

V – um representante da Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento.

§ 1º Ao Conselho Consultivo do PROCON compete:

I - aprovar as políticas e as diretrizes fundamentais e os planos de atividades, de conformidade com a finalidade e competências da Fundação;

II – decidir sobre a proposta do orçamento anual do PROCON e o remanejamento de dotações orçamentárias, no limite de seu valor global;

III – apreciar, ao final de cada exercício, o balanço patrimonial da Fundação e as demonstrações financeiras, na forma da lei, para remessa aos órgãos de controle interno e externo;

IV - deliberar sobre parcerias com organizações e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras para execução de projetos, ações e eventos das áreas de interesse da Fundação;

V - decidir sobre aquisição, alienação, arrendamento, cessão, transferência ou gravames de bens móveis e imóveis, bem como direitos constantes do ativo permanente da Fundação;

VI – apreciar a política salarial e o plano de cargos e carreiras do pessoal da fundação, conforme diretrizes do Poder Executivo;

VII – propor alteração do estatuto da fundação e deliberar sobre proposições encaminhadas pelo Diretor-Presidente.

VIII – apreciar a proposta do regimento interno do PROCON estabelecendo as competências dos órgãos e unidades organizacionais de sua estrutura e as atribuições dos dirigentes, gerentes, chefias e assessores.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo terá como membro suplente do Diretor-Presidente o seu substituto legal, cabendo aos órgãos representados indicar os suplentes dos seus membros efetivos.

Art. 6º O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, e o extraordinariamente, por convocação do Diretor-Presidente.

#### **Seção III Da Diretoria-Executiva**

Art. 7º A Diretoria-Executiva da Fundação será constituída pelo Diretor-Presidente, pelo Gerente de Gestão Operacional e pelo Gerente Administrativo e Financeiro.

§ 1º Compete à Diretoria-Executiva:

I - exigir o cumprimento das normas estatutárias da Fundação, as deliberações do Conselho Consultivo e as normas regulamentares a que a entidade estiver subordinada;

II – implementar as deliberações do Conselho Consultivo quanto ao planejamento estratégico e as diretrizes aprovadas para a melhoria e manutenção da qualidade dos serviços prestados pela Fundação;

III – atribuir competência a titulares de cargo de gerência e chefia intermediária, mediante proposta pelo Diretor-Presidente, para tomada de decisão quanto à prática de medidas administrativas nas respectivas áreas de competência, quando não estiverem definidas no regimento interno;

IV - aprovar instruções normativas fixando procedimentos administrativos para a gestão de pessoal, suprimentos, patrimônio e finanças da Fundação, em conformidade com as diretrizes dos órgãos centrais de gestão dessas atividades;

V - promover estudos e aprovar a celebração de termos de convênio, de cooperação ou similares com entidade pública ou privada, no interesse dos serviços da Fundação;

VI - supervisionar e controlar a execução das atividades operacionais, de gestão administrativa e financeira da Fundação, sem prejuízo da competência pessoal do Diretor-Presidente e gerentes;

VII - submeter ao Conselho Consultivo, através do Diretor-Presidente, planos e programas relativos a ações da Fundação, assim como questões ou assuntos que a legislação requerer;

VIII - propor reforma do estatuto e do regimento interno da Fundação, bem como medidas para gestão operacional, administrativo e financeiro da Fundação;

IX – apresentar, anualmente, o relatório das atividades da Fundação, acompanhado das demonstrações financeiras e demais informações exigidas por lei, para encaminhamento e aprovação do Conselho Consultivo;

X – elaborar a proposta orçamentária anual e as alterações do orçamento aprovado para ser submetida ao Conselho Consultivo da Fundação;

XI - deliberar sobre assuntos de interesse da Fundação, respeitadas as atribuições do Conselho Consultivo e do Diretor-Presidente;  
 XII - aprovar a admissão, a cedência e o remanejamento de pessoal para o quadro de pessoal da Fundação;  
 XIII - aprovar as contratações de serviços de terceiros ou aquisições que impliquem desembolsos financeiros à conta do Fundo;  
 XIV - dispor sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Presidente ou por quaisquer dos seus membros.  
 § 2º A Diretoria-Executiva reunir-se-á ordinariamente, a cada quinze dias, e, extraordinariamente, por convocação do Diretor-Presidente.

#### **Seção IV Da Presidência**

Art. 8º A Presidência da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor será exercida por Diretor-Presidente, nomeado em comissão pelo Prefeito Municipal, compete:

I – planejar, dirigir, supervisionar, orientar e coordenar a ação técnica e executiva da Fundação, bem como a sua gestão administrativa, financeira e patrimonial, visando a adoção de melhores métodos de trabalho, que assegurem eficácia, economia e celeridade das atividades;

II – cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias e regulamentares, bem como a legislação pertinente às fundações públicas e as determinações do Poder Executivo, relativamente à sua fiscalização institucional;

III – encaminhar para aprovação do Conselho Consultivo, o plano de ação e o orçamento anual da Fundação, para encaminhamento à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento;

IV – encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul a prestação de contas das despesas e das aplicações dos recursos da Fundação e do fundo sob sua gestão;

V – administrar a Fundação, observando as normas legais e praticando os atos necessários à sua gestão, à supervisão e ao controle do seu patrimônio;

VI – exercer as atribuições que lhe forem conferidas no regimento interno da Fundação ou pelo Prefeito Municipal.

#### **Seção V Da Gerência de Gestão Institucional**

Art. 9º A Gerência de Gestão Institucional, subordinada diretamente ao Diretor-Presidente, compete:

I - coordenar e controlar os trabalhos das diversas etapas de atendimento ao consumidor e zelar pelo bom atendimento ao consumidor, por meio presencial e/ou telefônico;

II - planejar, programar, coordenar e executar as ações de fiscalização relativas à proteção das relações de consumo;

III - organizar, registrar e atualizar o cadastro de reclamações fundamentadas, atendidas e não atendidas, contra fornecedores de produtos e serviços e contra pessoas físicas e jurídicas com processos de autos de infração, na forma da legislação;

IV - lavrar peças fiscais, auto de infração, termo de constatação, termo de depósito, termo de apreensão e demais expedientes pertinentes, contra pessoa, física ou jurídica, que infrinja os dispositivos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor e atos da autoridade competente e legislação complementar que visem proteger às relações de consumo;

V - efetuar diligências e vistorias, na forma da constatação, visando subsidiar, com informações, os processos decorrentes de denúncias ou de reclamações de consumidores;

VI - propor e executar operações especiais de fiscalização, em conjunto com outros órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais;

VII - receber e aferir a veracidade de reclamações e denúncias, preservando a identidade do reclamante, adotando medidas legais cabíveis;

VIII - prestar informações em processos submetidos ao seu exame e determinar o arquivamento dos atendimentos executados, na forma da lei;

IX - exercer fiscalização preventiva dos direitos do consumidor, bem como da publicidade de produtos e serviços, com vistas à coibição da propaganda enganosa ou abusiva;

X - auxiliar na fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens e serviços, em ações promovidas por outros órgãos da administração pública;

XI - executar, sem prejuízo das prerrogativas de outros órgãos e entidades de fiscalização, inspeção e auditoria, a apreensão e inutilização de produtos que comprovem irregularidades e que sejam impróprios ao uso e consumo;

XII - estabelecer e manter o relacionamento institucional com órgãos e entidades da Administração Pública, em especial, os que atuam direta ou indiretamente em atividades proteção e defesa do consumidor;

XIII – formular, incentivar e participar de campanhas educativas com entidades e organizações de defesa e proteção do consumidor.

#### **Seção VI Da Gerência de Administrativa e Financeira**

Art. 10. A Gerência Administrativa e Financeira, subordinada diretamente ao Diretor-Presidente, compete:

I - gerenciar, coordenar e controlar a execução das atividades de gestão de pessoas, planejamento, orçamento e finanças, serviços gerais, administração de material, patrimônio, tecnologia da informação, apoio administrativo, conservação e manutenção de interesse da Fundação;

II – submeter ao Diretor-Presidente as proposições de compras e contratação e a assinatura de contratos para prestação de serviços nas áreas administrativa, bem como a abertura, homologação e adjudicação de procedimentos licitatórios;

III - coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual da Fundação e do fundo sob sua gestão, registrar e controlar as dotações orçamentárias e os créditos adicionais e propor alterações do quadro de detalhamento de despesas;

IV - coordenar e executar a programação orçamentária, financeira e contábil da Fundação, especialmente, as fases de empenho, liquidação e pagamento de despesas e elaboração de demonstrativos contábeis, financeiros e fiscais para os órgãos de controle interno e externo;

V - propor medidas de gestão dos recursos humanos e coordenar e supervisionar a concessão de benefícios e vantagens financeiras aos servidores, com orientação da Assessoria Técnica e Jurídica e em conformidade com as diretrizes e normas da Secretaria Municipal de Gestão Pública;

VI – formular normas, procedimentos de gestão e formulários para padronização de rotinas e práticas administrativas no âmbito da Fundação, submetendo-as à aprovação do Diretor-Presidente;

VII - zelar pela obediência à legislação aplicável ao funcionamento das fundações públicas, bem como as instruções e normas do Tribunal de Contas do Estado e das Secretarias Municipais de Fazenda e Planejamento e de Gestão Pública;

VIII – encaminhar à Secretaria Municipal de Gestão Pública, após autorização do Diretor-Presidente, as solicitações referentes às compras e contratações de serviço, bem como à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, os pedidos de alteração do orçamento e liberação de recursos para pagamento de despesas.

Parágrafo único. A Gerência Administrativa e Financeira atuará sob orientação técnica das Secretarias Municipais de Fazenda e Planejamento e de Gestão Pública, como órgãos centrais dos sistemas afetos às respectivas áreas de competência.

#### **Seção VII Da Assessoria Executiva e Jurídica**

Art. 11. A Assessoria Executiva e Jurídica, subordinada diretamente ao Diretor-Presidente, compete:

I - emitir pareceres de cunho jurídico sobre matérias submetidas ao seu exame pelo Diretor-Presidente em demandas e assuntos de interesse da Fundação;

II - atuar no processo do contencioso administrativo decorrente da ação fiscalizadora e de reclamação formalizada pelo consumidor, como instância inicial de instrução, nos termos das normas de defesa do consumidor, conforme as regras fixadas em lei federal;

III – prestar assessoramento, quando solicitado, na realização de acordo entre as partes envolvidas nas reclamações de consumo individuais ou coletivas;

IV - decidir sobre os pedidos de informação, certidão e vistas de processo do contencioso administrativo, com base, quando cabível, nas informações emitidas pelas demais unidades organizacionais da Fundação;

V - analisar documentos, expedientes e processos administrativos a preceder ao aval do Diretor-Presidente, remetendo-os, quando for o caso, à área de competência, para manifestação e resolução;

VI - estabelecer relações com os meios de comunicação e seus agentes para tratar de assuntos relativos aos direitos do consumidor, prestar atendimento à imprensa e fornecer respostas à mídia para matérias de interesse da Fundação;

VII - proferir pareceres, quando solicitado pelo Diretor-Presidente ou Gerente, em processos administrativos, referentes à contratações, compras e gestão de recursos humanos e patrimonial;

VIII - elaborar minutas de contrato, convênios, acordos e seus aditivos, bem como de atos administrativos a serem assinados pelo Diretor-Presidente;

IX – apoiar e assessorar as reuniões do Conselho Consultivo e da Diretoria-Executiva, elaborando pautas das reuniões, conforme determinação do Diretor-Presidente, registrando as sessões em atas e remetendo as convocações das reuniões;

X - elaborar relatórios das atividades da Fundação, na periodicidade definida pela Diretoria-Executiva, para ser apresentado ao Diretor-Presidente e encaminhado ao Conselho Consultivo.

Parágrafo único. A Assessoria Executiva e Jurídica vincula-se, no que couber, à Procuradoria Geral do Município, relativamente aos assuntos de competência desse órgão.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE GERÊNCIA E ASSESSORAMENTO**

##### **Seção I**

##### **Das Atribuições do Diretor-Presidente**

Art. 12. Ao Diretor-Presidente, além das atribuições vinculadas às competências estabelecidas no art. 8º, cabe:

I – representar a Fundação em juízo ou fora dele, podendo constituir procurador, nomeado com poderes específicos, observadas as diretrizes da Procuradoria-Geral do Município;

II - remeter, anualmente, ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, cópia das reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços de que trata a lei;

III - representar ao Ministério Público competente, com vistas à adoção de medidas processuais, no âmbito de sua atribuição, e solicitar à Polícia Judiciária a instauração do procedimento policial para apreciação das infrações penais contra o consumidor;

IV – ordenar despesas, autorizar, dispensar ou declarar inexigível a realização de licitação, homologar e adjudicar resultado de licitação;

V – firmar contratos, convênios e instrumentos similares com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, com objetos relacionados com os interesses da Fundação;

VI – submeter os pedidos de admissão de pessoal à autorização do Prefeito Municipal e praticar atos de exercício, remanejamento e desligamento de servidores do quadro de pessoal da Fundação;

VII – conceder, atribuir e autorizar o pagamento de vantagens financeiras, conforme a legislação municipal e as normas de gestão de recursos humanos emanadas do Poder Executivo Municipal;

VIII - designar e dispensar substitutos de ocupantes de função de confiança nos afastamentos legais, na forma da legislação municipal vigente;

IX – baixar portarias, instruções normativas e outros atos, objetivando disciplinar o funcionamento interno da Fundação e a fixar e detalhar competências não previstas no regimento interno.

##### **Seção II**

##### **Das Atribuições dos Gerentes**

Art. 13. Aos Gerentes cabe:

I - planejar, dirigir, coordenar, supervisionar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades relacionadas à sua área de competência;

II – superintender e controlar a realização das despesas de pessoal e supervisionar as compras e contratação de interesse da sua área de competência;

III – coordenar a equipe técnica de sua área de competência, para que desempenhem seu papel em harmonia e cumpram as determinações emanadas da e do Conselho Consultivo e da Presidência da Fundação;

IV – promover e contribuir para integração das ações das unidades organizacionais da Fundação no cumprimento das suas atividades, mantendo a Presidência informada sobre o desempenho das atividades sua competência.

V - coordenar o planejamento anual de trabalho da unidade em consonância com os objetivos estratégicos aprovados pelo Conselho Consultivo e pela Presidência da Fundação;

VI - assistir ao Diretor-Presidente em assuntos de sua área de atuação e submeter os atos administrativos e regulamentares a sua apreciação e aprovação;

VII - emitir parecer sobre processos e documentos específicos da sua área de atuação;

VIII - apresentar relatórios periódicos de trabalho com estatísticas, análises e recomendações sobre atividades pertinentes a sua Gerência;

IX - propor a racionalização de métodos e processos de trabalho, normas e rotinas, que maximizem os resultados pretendidos;

X - orientar, coordenar e supervisionar as atividades das unidades que lhes são subordinadas e buscar qualidade e produtividade da equipe;

XI - subsidiar na elaboração do orçamento anual da Fundação no que diz respeito à respectiva Gerência;

XII - assegurar e estimular a capacitação contínua para o aperfeiçoamento técnico da sua equipe de trabalho.

##### **Seção III**

##### **Do chefe da Assessoria Executiva e Jurídica**

Art. 14. Ao chefe da Assessoria Executiva e Jurídica cabe:

I - substituir o Diretor-Presidente em suas ausências e impedimentos na prática dos atos e exercício das competências descritas neste Estatuto;

II - coordenar a equipe de Gerentes da Fundação, para que desempenhem seu papel em harmonia e cumpram as determinações emanadas do Conselho Consultivo e da Presidência da Fundação;

III - acompanhar o Diretor-Presidente em suas reuniões internas e externas, prestando-lhe assessoramento, sempre que convocado.

##### **Seção IV**

##### **Dos Supervisores de Serviços e Núcleos**

Art. 15. Aos supervisores dos Serviços e Núcleos cabe:

I - desempenhar atribuições de natureza administrativa e técnico-especializada da sua área de competência;

II - assistir a chefia imediata nos assuntos inerentes à sua área de atuação;

III - distribuir e executar as atividades que lhes são pertinentes;

IV - zelar pelo uso correto dos equipamentos, pela ordem dos trabalhos e pela guarda dos materiais da unidade;

V - efetuar programação anual de trabalho da unidade em conjunto com a Gerência a que está vinculado.

#### **CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS**

##### **Seção I**

##### **Do Patrimônio**

Art. 16. O patrimônio da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor é constituído pelos:

I - bens e direitos que vier a adquirir;

II - imóveis, instalações e equipamentos que lhe forem doados;

III - bens e direitos que lhe forem legados;

IV – bens e direitos que receber de terceiros.

Art. 17. Os bens e direitos da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor somente poderão ser utilizados para efetivação de sua finalidade estatutária, sendo permitida a alienação, a cessão ou a substituição de qualquer bem ou direito para a consecução de atividades vinculadas a sua finalidade, após aprovação do Conselho Consultivo.

§ 1º Os equipamentos cedidos pela Fundação são de sua propriedade e deverão retornar à sua posse ao término das etapas previstas nos cronogramas dos projetos ou atividades apoiados, conforme condições estabelecidas em convênio.

§ 2º As organizações beneficiadas com a cessão de bens serão responsáveis pela sua correta guarda, manutenção e utilização, devendo ressarcir à Fundação, pelo valor dos bens inutilizados, independente de dolo.

§ 3º No caso de extinção, o patrimônio da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá será incorporado ao Município ou a entidade municipal de direito público, nos termos da lei.

##### **Seção II**

##### **Das Receitas**

Art. 18. Constituem receitas da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá:

I – a remuneração pela prestação de serviços vinculados à sua área de competência;



II – as transferências, a qualquer título, do Tesouro Municipal, estadual ou nacional;

III – as rendas patrimoniais e de aplicações financeiras;

IV – as multas ou penalidades de caráter pecuniário que aplicar no exercício de suas competências;

V – os repasses decorrentes das parcerias firmadas por meio de convênios ou instrumentos similares;

VI – os recursos do Fundo Municipal Defesa do Consumidor;

VII – as contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou internacional;

VIII – os produtos de operações de créditos autorizadas por leis específicas;

IX - outras eventuais receitas.

Parágrafo único. A Fundação deverá aplicar seus recursos no cumprimento de sua finalidade e na formação de um patrimônio rentável.

## CAPÍTULO VI DO REGIME FINANCEIRO E SEU CONTROLE

Art. 19. O exercício financeiro da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor coincidirá com o ano civil.

Art. 20. Os resultados positivos do balanço serão transferidos ao exercício seguinte e destinados à manutenção e à execução das atividades da Fundação, observadas as normas sobre execução orçamentária, financeira e contábil do baixadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 21. A Gerência Administrativa e Financeira manterá registro atualizado dos responsáveis por valores e bens da Fundação, assim como dos ordenadores de despesas e agentes detentores de suprimento de fundos, cujas contas serão submetidas aos controles interno e externo.

Art. 22. A abertura de contas em nome da Fundação e as movimentações financeiras são de competência do Diretor-Presidente, mediante assinaturas em cheques, ordens de pagamento ou transferências bancárias, em conjunto, com o titular da Gerência Administrativa e Financeira.

Parágrafo único. Os atos de gestão financeira e orçamentária de execução da despesa e recolhimento de receitas observarão as determinações da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

Art. 23. A Fundação encaminhará, anualmente, ao Tribunal de Contas do Estado os balanços e demonstrativos de suas atividades, bem como comprovantes de aplicação de suas receitas, na forma que dispuser as normas desse órgão de controle externo.

Art. 24. A execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial da Fundação, além de observar as normas pertinentes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, fica submetida à fiscalização e ao acompanhamento da Controladoria-Geral do Município.

## CAPÍTULO VII DO PESSOAL

Art. 25. A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor terá quadro de pessoal próprio, aprovado pelo Prefeito Municipal, e estruturado e organizado em conformidade com as disposições do Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo e as diretrizes sobre administração de recursos humanos ditadas pela Secretaria Municipal de Gestão Pública.

Art. 26. A Fundação manterá quadro de pessoal tecnicamente dimensionado às suas necessidades, zelando pelo aperfeiçoamento e capacitação profissional dos seus servidores, de forma continuada e permanente.

Art. 27. A Fundação poderá contratar técnicos especializados, observada as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 1993, para prestar assessoramento na formulação e implementação de programas e projetos nas áreas de sua competência.

Art. 28. A Fundação poderá contar com a colaboração do pessoal técnico e administrativo colocado à sua disposição por órgãos ou entidades da Administração Pública, observada a legislação que rege a matéria.

Art. 29. As unidades organizacionais da Fundação serão chefiadas:

I – a Presidência, por Diretor-Presidente, símbolo DAG-02;

II – as Gerências, por Gerente, símbolo DAG-04;

III – a Assessoria Técnica e Jurídica, por ocupante de cargo de assessoramento;

IV – os Serviços, por servidor efetivo designado como Supervisor de Serviço ou ocupante de cargo em comissão de assessoramento;

V – os Núcleos, por servidor efetivo designado como Chefe de Núcleo ou ocupante de cargo em comissão de assessoramento.

Parágrafo único. Os substitutos dos cargos referidos nos incisos I, II e III serão designados pelo Prefeito Municipal, por indicação do Diretor-Presidente da Fundação.

## CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. A Fundação poderá, no uso de suas atribuições, solicitar informações, pedir pareceres e formular consultas em geral aos demais órgãos da Administração Municipal.

Art. 31. A estrutura básica da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de Corumbá é representada pelo organograma constante do Anexo deste Estatuto.

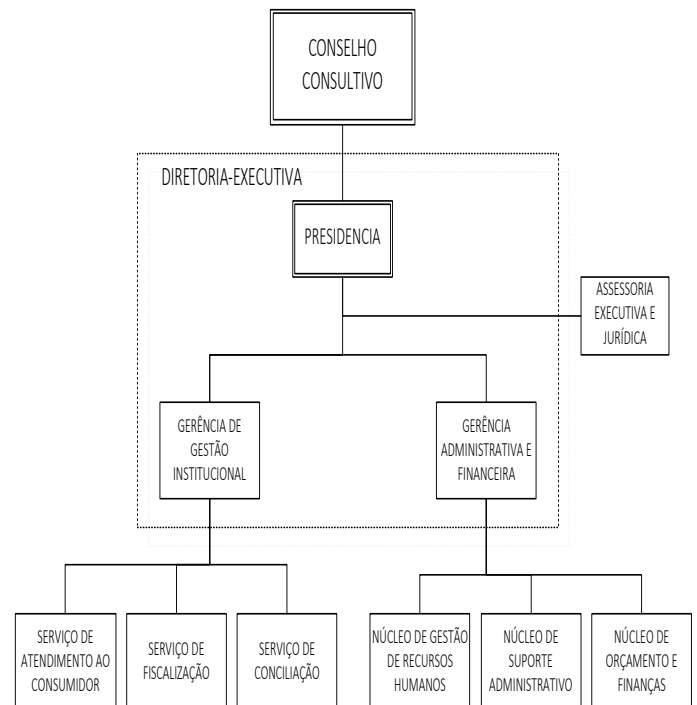
Art. 32. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Consultivo e, quando necessário, submetidos à aprovação do Prefeito Municipal.

## ANEXO AO REGIMENTO INTERNO DA FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE CORUMBÁ APROVADO PELO DECRETO Nº 1.490, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Lei Complementar nº 185, de 14.11.2014



## BOLETIM DE PESSOAL

### REPUBLICAÇÃO

Republica-se por incorreção. Publicado no Diário Oficial de Corumbá, Edição nº 628 de 27 de janeiro de 2015, pág.03:

### PORTARIA "P" Nº 028, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBÁ, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 21 da Lei Complementar nº 89, de 21 de dezembro de 2005,

### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **REGINALDO COUTINHO, matr. 8358**, do cargo de provimento em comissão de Assessor III, símbolo DAG-07, na Fundação de Esportes de Corumbá.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 27 de janeiro de 2015.

Corumbá, MS, 27 de janeiro de 2015.

**PAULO DUARTE**  
PREFEITO MUNICIPAL

## REPUBLICAÇÃO

Republica-se por incorreção. Publicado no Diário Oficial de Corumbá, Edição nº 629 de 28 de janeiro de 2015, pág.01:

### PORTARIA “P” Nº 029, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBÁ, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 21 da Lei Complementar nº 89, de 21 de dezembro de 2005,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **MILTON HEREDIA PANIAGUA**, matr. 9131, do cargo de provimento em comissão de Assessor III, símbolo DAG-07, na Fundação de Turismo do Pantanal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 27 de janeiro de 2015.

Corumbá, MS, 27 de janeiro de 2015.

**PAULO DUARTE**  
PREFEITO MUNICIPAL

## BOLETIM DE LICITAÇÃO

### Aviso de resultado de licitação

Convite nº 02/2015 - Processo nº 2615/2015 – SMIHSP.

Órgão: Secretaria municipal de infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos.

A Prefeitura Municipal de Corumbá-MS, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que a licitação supracitada, instaurado visando à Contratação de empresa para execução de serviço de pintura do Asfalto para o Desfile do Carnaval no município de Corumbá-MS, resultou como vencedora a empresa KASSIANO A G BISPO – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.245.336/0001-01.

Corumbá /MS, 09 de fevereiro de 2015.

(a)Carlos Alberto Monaco Junior/Presidente da CPL.

### Aviso de resultado de licitação

Convite nº 03/2015 - Processo nº 2622/2015 – SMIHSP.

Órgão: Secretaria Municipal de infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos.

A Prefeitura Municipal de Corumbá-MS, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que a licitação supracitada, instaurado visando à contratação de empresa para colocação de tapumes, limpeza e manutenção da Praça Generoso Ponce, pintura externa do Palco Principal, restauração de bancos e mesas da Praça, reconstituição de meio fio de concreto, instalações e retirada de pontos de abastecimento de água de 70 barracas no município de Corumbá-MS, resultou como vencedora a empresa ELIANNE BUAINAIM-EPP – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.705.770/0001-89.

Corumbá /MS, 09 de fevereiro de 2015.

(a)Carlos Alberto Monaco Junior/Presidente da CPL.

### Aviso de Resultado de Licitação

Pregão Presencial nº. 007/2015 - Processo nº 47.747/2014

Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. O Município Corumbá-MS, através do pregoeiro, comunica aos interessados o resultado dos objetos da licitação supracitada, instaurado, visando a Prestação de Serviço de Confeção de Materiais (Camiseta, Cartaz, Folder, Avental e Outros), tendo por vencedora(s) a(s) empresa(s): 1) ARTE CAMISETAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 97.371.090/0001-69, menor preço para item: item 01 no valor total de R\$ 4.050,00, item 02 no valor total de R\$ 5.400,00, item 03 no valor total de R\$ 2.700,00, item 04 no valor total de R\$ 3.900,00, item 05 no valor total de R\$ 2.325,00, item 06 no valor total de R\$ 2.700,00, 2) L.F. DE SOUZA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.433.376/0001-00, menor preço para item: item 07 no valor total de R\$ 3.000,00, item 08 no valor total de R\$ 1.350,00, item 09 no valor total de R\$ 2.700,00, item 10 no valor total de R\$ 8.800,00, item 11 no valor total de R\$ 1.736,00.

Item Deserto: Item 12.

Corumbá / MS, 09 de Fevereiro de 2015.

Elio Moreira Junior - Pregoeiro / Equipe de Apoio.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PÚBLICO PRESENCIAL Nº 219/2014

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Material de Educação Sexual (Modelo Pêlvico de Acrílico, Quadro de Métodos Contracetivos, DVD Saúde Sexual e Reprodutiva do Homem e Outros). O Município de Corumbá, através da Secretaria Municipal de Saúde, com base na Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 207/2006, declara HOMOLOGADO o procedimento licitatório Pregão Público Presencial nº 219/2014 - Processo Administrativo nº 34.827/2014 e adjudica a empresa: SEMINA PRODUTOS EDUCATIVOS E SERVICOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.115.617/0001-03, vencedora do certame do objeto acima citado, conforme os valores constantes do resultado da licitação publicado no Diário Oficial do Estado nº 8.776 de 10/10/2014 pág. 58, Diário Oficial do Município de Corumbá – Ed. nº 560 de 10/10/2014 pág. 01 e Diário Oficial da União nº196 de 10/10/2014 – pág. 210.

Ordenador de Despesas: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal de Saúde.

Corumbá-MS, 06 de Fevereiro de 2015

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PÚBLICO PRESENCIAL Nº 224/2014

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para Confeção de Uniformes (Camiseta, Jaleco, Colete e Calça). O Município de Corumbá, através da Secretaria Municipal de Saúde, com base na Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 207/2006, declara HOMOLOGADO o procedimento licitatório Pregão Público Presencial nº 224/2014 - Processo Administrativo nº 34.510/2014 e adjudica as empresas: 1) SPORTS EMPÓRIO, PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.596.082/0001-47, 2) ARTE CAMISETAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 97.371.090/0001-69, vencedoras do certame do objeto acima citado, conforme os valores constantes do resultado da licitação publicado no Diário Oficial do Estado nº 8.802 de 19/11/2014 pág. 96, Diário Oficial do Município de Corumbá – Ed. nº 586 de 19/11/2014 pág. 12 e Diário Oficial da União nº 224 de 19/11/2014 – pág. 232.

Ordenador de Despesas: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal de Saúde.

Corumbá-MS, 30 de Dezembro de 2014

### EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Processo nº. 48427/2014

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Thais Magalhães dos Santos

OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de função –Enfermeira com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

VALOR MENSAL:R\$:1987,19(Mil novecentos e oitenta e sete reais e dezenove centavos )

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretaria Municipal de Saúde 25.91–Fundo Municipal de Saúde

10.301.103.2675-Gerenciamento das Ações de Atenção Básica –Estratégia de Saúde da Família

31.90.04.00-Contratação por tempo determinado

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze meses ) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 26/01/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Thais Magalhães dos Santos

### EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Processo nº. 49962/2014

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Rosa Elaine da C.Leite Rodrigues da Silva

OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de Técnico de Saúde Pública I função –Técnico de Enfermagem com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

VALOR MENSAL:R\$:1099,40(mil e noventa e nove reais e quarenta centavos )

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretaria Municipal de Saúde 25.91–Fundo Municipal de Saúde

10.301.103.2675-Gerenciamento das Ações de Atenção Básica –Estratégia de Saúde da Família

31.90.04.00-Contratação por tempo determinado

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze meses ) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 26/01/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Rosa Elaine da C.Leite Rodrigues da Silva

### EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Processo nº. 48444/2014

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Bruna de Arruda Espirito Santo

OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de Técnico de Saúde Pública I função –Técnico de Enfermagem com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

VALOR MENSAL:R\$:1099,40(mil e noventa e nove reais e quarenta centavos )

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretaria Municipal de Saúde 25.91–Fundo Municipal de Saúde

10.301.103.2675-Gerenciamento das Ações de Atenção Básica –Estratégia de Saúde da Família

31.90.04.00-Contratação por tempo determinado

Fonte de recurso : 102000

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze meses ) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 22/01/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Bruna de Arruda Espirito Santo

**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

**Processo nº. 48431/2014**

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Marcelle Dayane da Silva Rosa  
OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de Técnico de Saúde Pública I função –Técnico de Enfermagem com carga horária de 40 (quarenta ) horas semanais.

VALOR MENSAL:R\$:1099,40(mil e noventa e nove reais e quarenta centavos )

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretaria Municipal de Saúde 25.91–Fundo Municipal de Saúde

10.301.103.2675–Gerenciamento das Ações de Atenção Básica – PAB FIXO

31.90.04.00-Contratação por tempo determinado

Fonte de recurso : 102000

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze meses ) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 26/01/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Marcelle Dayane da Silva Rosa

**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

**Processo nº. 50066/2014**

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Lais Lucia de Oliveira Sambrana  
OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de Técnica de Enfermagem com carga horária de 40 (quarenta ) horas semanais.

VALOR MENSAL:R\$:1.099,40(Mil e noventa e nove reais e quarenta centavos )

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretaria Municipal de Saúde 25.91–Fundo Municipal de Saúde

10.301.103.2675–Gerenciamento das Ações de Atenção Básica –Estratégia da Saúde da Família

31.90.04.00-Contratação por tempo determinado

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze meses ) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 22/01/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Lais Lucia de Oliveira Sambrana

**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

**Processo nº. 49858/2014**

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Elenilza Santana da Silva  
OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de Técnica de Enfermagem com carga horária de 40 (quarenta ) horas semanais.

VALOR MENSAL:R\$:1.099,40(Mil e noventa e nove reais e quarenta centavos )

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretaria Municipal de Saúde 25.91–Fundo Municipal de Saúde

10.301.103.2675–Gerenciamento das Ações de Atenção Básica –Estratégia de Saúde da Família

31.90.04.00-Contratação por tempo determinado

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze meses ) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 22/01/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Elenilza Santana da Silva

**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

**Processo nº. 49930/2014**

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Marilene Lima de Moraes  
OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de Auxiliar de Serviço Bucal com carga horária de 40 (quarenta ) horas semanais.

VALOR MENSAL:R\$:906,97(Novecentos e seis reais e noventa e sete centavos )

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretaria Municipal de Saúde 25.91–Fundo Municipal de Saúde

10.301.103.2675–Gerenciamento das Ações de Atenção Básica –Estratégia da Saúde da Família

31.90.04.00-Contratação por tempo determinado

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze meses ) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 03/02/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Marilene Lima de Moraes

**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

**Processo nº. 49929/2014**

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Michele Tolone da Silva Ferreira  
OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de Auxiliar de Serviço Bucal com carga horária de 40 (quarenta ) horas semanais.

VALOR MENSAL:R\$:906,97(Novecentos e seis reais e noventa e sete centavos )

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretaria Municipal de Saúde 25.91–Fundo Municipal de Saúde

10.301.103.2675–Gerenciamento das Ações de Atenção Básica –PAB FIXO

31.90.04.00-Contratação por tempo determinado

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze meses ) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 03/02/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Michele Tolone da Silva Ferreira

**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

**Processo nº. 49926/2014**

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Ariadinis da Silva Ramires  
OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de Enfermeira com carga horária de 40 (quarenta ) horas semanais.

VALOR MENSAL:R\$:1.892,97(Mil oitocentos e noventa e dois reais e noventa e sete centavos )

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretaria Municipal de Saúde 25.91–Fundo Municipal de Saúde

10.301.103.2675–Gerenciamento das Ações de Atenção Básica –Estratégia de Saúde da Família

31.90.04.00-Contratação por tempo determinado

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze meses ) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 03/02/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Ariadinis da Silva Ramires

**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

**Processo nº. 48415/2014**

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Leila Aguiro Pereira  
OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de Recepcionista com carga horária de 40 (quarenta ) horas semanais.

VALOR MENSAL:R\$:1.037,17(Mil e trinta e sete reais e dezessete centavos )

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretaria Municipal de Saúde 25.91–Fundo Municipal de Saúde

10.301.103.2675–Gerenciamento das Ações de Atenção Básica –Estratégia de Saúde da Família

31.90.04.00-Contratação por tempo determinado

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze meses ) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 26/01/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Leila Aguiro Pereira

**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

**Processo nº. 50045/2014**

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Karine Gracinda da Silva Xavier  
OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de função –Enfermeira com carga horária de 40 (quarenta ) horas semanais.

VALOR MENSAL:R\$:1892,57(Mil oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos )

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretaria Municipal de Saúde 25.91–Fundo Municipal de Saúde

10.301.103.2675–Gerenciamento das Ações de Atenção Básica –Estratégia de Saúde da Família

31.90.04.00-Contratação por tempo determinado

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze meses ) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 20/01/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Karine Gracinda da Silva Xavier



## EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Processo nº. 50093/2014

PARTES: Secretária Municipal de Saúde e Humberto Velasquez Fernandes de Moraes

OBJETO: Prestação de serviços para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, inerente às atribuições de função – Enfermeiro com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

VALOR MENSAL: R\$: 1892,57 (Mil oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.00 – Secretária Municipal de Saúde 25.91 – Fundo Municipal de Saúde 10.301.103.2675 – Gerenciamento das Ações de Atenção Básica – Estratégia de Saúde da Família

31.90.04.00 – Contratação por tempo determinado

DURAÇÃO: O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze meses) a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 20/01/2015

BASE LEGAL: Artigo 37, IX, da Constituição Federal, e inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Municipal nº. 115, de 26 de dezembro de 2007. O presente Contrato poderá ser prorrogado, persistindo os motivos da sua celebração, obedecendo o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 115 de 26 de dezembro de 2007.

ASSINAM: Dinaci Vieira Marques Ranzi – Secretária Municipal Saúde e Humberto Velasquez Fernandes de Moraes

## FUNDAÇÃO DE CULTURA DE CORUMBÁ

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de locação de imóvel nº 010/2013.

Processo: 46.523/2012

Partes: Fundação de Cultura de Corumbá – José Antônio Garcia e a Empresa Bravo Trading S.A – Comércio Exterior – Rommel Camacho Cuellar.

Objeto: Fica prorrogado o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, contados a partir do encerramento do prazo estipulado anteriormente, na forma das manifestações e justificativas apresentadas nos autos do processo nº 46.523/2012.

Data: 08/02/2015

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Fundação de Cultura de Corumbá – José Antônio Garcia e a Empresa Bravo Trading S.A – Comércio Exterior – Rommel Camacho Cuellar.

## PARTE II • PODER LEGISLATIVO

A T O N° 006/2.015

### ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ - MS, USANDO DAS PRERROGATIVAS E ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFEREM A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E O REGIMENTO INTERNO.

### RESOLVE:

NOMEAR, DE CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 44 E 47 DO REGIMENTO INTERNO, AS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ - MS, PARA O BIÊNIO - 2.015/2.016, FICANDO ASSIM DESIGNADAS:

#### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:

PRESIDENTE - CARLOS ALBERTO MACHADO PT

1º MEMBRO - JOÃO LUCAS MARTINS PP

2º MEMBRO - ANTONIO CEZAR SANTOS SABATEL PSD

#### SUPLENTE:

1º - SUPLENTE - ENIO CASTELO PT

2º - SUPLENTE - YUSSEF MOHAMAD EL SALLA PDT

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:

PRESIDENTE - SALATIEL FRANCISCO COSTA NASCIMENTO PDT

1º MEMBRO - ROBERTO GOMES FAÇANHA PMDB

2º MEMBRO - EVANDER JOSÉ VENDRAMINI DURAN PP

#### SUPLENTE:

1º SUPLENTE - CARLOS ALBERTO MACHADO PT

2º SUPLENTE - ANTONIO CEZAR SANTOS SABATEL PSD

#### COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

PRESIDENTE - ROGÉRIO ANGELO CHIMIRRI CANDIA PMDB

1º MEMBRO - YUSSEF MOHAMAD EL SALLA PDT

2º MEMBRO - ENIO CASTELO PT

#### SUPLENTE:

1º SUPLENTE - ROBERTO GOMES FAÇANHA PMDB

2º SUPLENTE - JOÃO LUCAS MARTINS PP

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER:

PRESIDENTE - MARIA CRISTINA LANZA DE BARROS PT

1º MEMBRO - JOÃO LUCAS MARTINS PP

2º MEMBRO - ANTONIO CEZAR SANTOS SABATEL PSD

#### SUPLENTE:

1º SUPLENTE - EVANDER JOSÉ VENDRAMINI DURAN PP

2º SUPLENTE - YUSSEF MOHAMAD EL SALLA PDT

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:

PRESIDENTE - MARCELO AGUILAR IUNES PDT

1º MEMBRO - ANTONIO CEZAR SANTOS SABATEL PSD

2º MEMBRO - JOÃO LUCAS MARTINS PP

#### SUPLENTE:

1º SUPLENTE - ENIO CASTELO PT

2º SUPLENTE - AUGUSTO DO AMARAL PHS

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO:

PRESIDENTE - ROBERTO GOMES FAÇANHA PMDB

1º MEMBRO - MARIA CRISTINA LANZA DE BARROS PT

2º MEMBRO - SALATIEL FRANCISCO COSTA DO NASCIMENTO PDT

#### SUPLENTE:

1º SUPLENTE - ENIO CASTELO PT

2º SUPLENTE - EVANDER JOSÉ VENDRAMINI DURAN PP

#### COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

PRESIDENTE - YUSSEF MOHAMAD EL SALLA PDT

1º MEMBRO - ANTONIO CEZAR SANTOS SABATEL PSD

2º MEMBRO - CARLOS ALBERTO MACHADO PT

#### SUPLENTE:

1º SUPLENTE - JOÃO LUCAS MARTINS PP

2º SUPLENTE - MARCELO AGUILAR IUNES PDT

#### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR:

PRESIDENTE - EVANDER JOSÉ VENDRAMINI DURAN PP

1º MEMBRO - MARCELO AGUILAR IUNES PDT

2º MEMBRO - MARIA CRISTINA LANZA DE BARROS PT

#### SUPLENTE:

1º SUPLENTE - ANTONIO CEZAR SANTOS SABATEL PSD

2º SUPLENTE - ROBERTO GOMES FAÇANHA PMDB

Registre-se, Publique-se, Afixe no Mural e Cumpra-se.

Corumbá/MS, 09 de Fevereiro de 2.015.

JOSÉ TADEU VIEIRA PEREIRA  
PRESIDENTE